



PROJETO: Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina – Villa Lobos

REUNIÃO: 31/07/2018

Local: Auditório SMUL – Ed. Martinelli, sala 182

Horário: 14:00 h

PAUTA: Diálogo Social: Estudos Econômicos

ATA ELABORADA: Fernando Gasperini

PARTICIPANTES:

Marcelo Fonseca Ignatios Robernize Chakour
São Paulo Urbanismo SMUL/PLANURB

Patrícia Saran Luis Octavio Silva

São Paulo Urbanismo SMUL/PLANURB

Fernando Henrique Gasperini Tereza Cristina Vepoli São Paulo Urbanismo SMUL/PLANURB

Gabriel V. Rodriguez Maria Stella C. de Oliveira

São Paulo Urbanismo SMUL/PLANURB

Anna Moraes Barros Regina Maria Valletta

São Paulo Urbanismo PMSP

Marlon Rubio Longo Rafael Mielnik

São Paulo Urbanismo SMUL

Rafael Giorgi Costa Benjamin Citron
São Paulo Urbanismo Votorantim

Daniela Zilio Cláudio Lima

São Paulo Urbanismo Votorantim

André Luís. G. Pina Rubens Taragona

SMUL/PLANURB Votorantim



Hugo Mesquita Urbem

Carlos Alexandre Beraldo AMC

Vânia Santos Advogada

Larissa Garcia Campagner Urbanista

Eduardo Della Manna Secovi SP

Alexandra Swerts Leandro

Fórum Social da Vila Leopoldina

Adaucto José Durigan

Fórum Social da Vila Leopoldina

Sandro Mérida Domingos CMSP – Ass. Ver. Pólice Neto

Thiago Alves

Morador Vila Leopoldina

Vinícius Martins Izidoro Morador Vila Leopoldina

José Apolonio Japiaçu Nádia de Souza Bancoff Moteiro de Barros

Carlos A. Oliveira Viva Leopoldina

Laerte de Marco
PP (Gestor Proj. e economista)

Mathilde Moaty LATTS (Pari)

Victor Sá

FAU - USP

Débora Bruno FAU – USP

Mariana Yoshimura FAU – USP

Jemerson S. Barros V. Leopoldina

Débora Ungaretti Lab. Cidade – FAU USP

Júlio Roppa Amaral D'Ávila

Sissi Costa

1. APRESENTAÇÃO:

A apresentação da Modelagem Econômica do PIU VLVL foi realizada pelo Superintendente de Estruturação de Projetos da SP Urbanismo, Sr. Marcelo Ignatios, destacando a forma de cálculo do estoque de potencial construtivo adicional, os parâmetros urbanísticos, o valor presente líquido, o fluxo de pagamento das contrapartidas e a distribuição dos recursos por grupos de intervenções. Depois disso, foi aberto o diálogo com os presentes, que puderam formular suas questões e comentários, que foram sendo respondidas e debatidas entre todos, questão a questão.



2. PRINCIPAIS TEMAS DEBATIDOS:

Contrapartidas

- Proposta apresentada é fruto das discussões entre a SP Urbanismo e os proponentes, buscando um equilíbrio entre o interesse público da implantação antecipada das intervenções e riscos associados à natureza do projeto, não se constituindo, no entanto, em uma proposta final.
- Variáveis que compõem o cálculo da taxa de desconto e das contrapartidas devem ter suas premissas mais claras, de modo que seja possível avaliar o equilíbrio da operação. Deverão ser mais explicitadas, entre outras, variáveis macroeconômicas, intangíveis e as relativas ao projeto, como o prazo, o fluxo dos desembolsos em obras, o valor de cadastro, a bonificação da outorga em função do aumento do coeficiente de aproveitamento máximo e o fator de planejamento.
- Contrapartidas devem ser suficientes para o atendimento integral das famílias residentes nas favelas da Linha e do Nove.

Parcelamento do solo

• Proposta de parcelamento atual corresponde à aplicação dos percentuais de destinação de áreas públicas, lote a lote, conforme é exigido pelo Quadro 2 da LPUOS (lei de zoneamento). Estes percentuais são os suficientes em relação às demandas deste projeto em específico? A proporção de áreas públicas entre institucionais, verdes e sistema viário atende as referidas demandas do projeto de modo a se adequar aos futuros usos e ao entorno urbanizado?

Custos e cenários



- Ainda que a explicação sobre os cenários avaliados estejam descritas no caderno de proposta, é necessário deixar mais explícitos quais foram as premissas e critérios adotados para a formulação dos cenários de HIS e escolha do cenário A.
- Ainda que não representem custos provenientes das contrapartidas pela utilização do potencial construtivo adicional, deverão ser levantados os custos a serem suportados pelo poder público municipal, como a descontaminação e o valor imobiliário do terreno da SPTrans.

CEAGESP

• Não há um encaminhamento concreto entre as três esferas de governo sobre a permanência ou saída do CEAGESP e sobre os eventuais novos usos a serem implantados na gleba. Esta indefinição, portanto, de acordo com os coordenadores do projeto, inviabiliza o cenário B de implantação das HIS na ZEIS 5 que atualmente é de propriedade da União Federal; a permanência ou saída do Entreposto representa um risco a ser ponderado pelo PIU VLVL, pela magnitude da gleba, perfil dos empreendimentos futuros naquele local e pelo impacto na economia da região, inclusive na renda das comunidades vulneráveis.

ZEIS e Usucapião

 Destinação das ZEIS da região para EHIS é uma determinação do PDE e do PMH e cabe ao PIU VLVL garantir a implantação dos empreendimentos previstos na ZEIS 3 SPTrans. Ação de usucapião movida por moradores da Favela da Linha deve assegurar condições diferenciadas de acesso às moradias em relação aos moradores da Favela do Nove.